



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº5 – Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 18 de dezembro de 2019

No dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1. Apreciação e votação da ata nº 4ª sessão ordinária realizada no dia 11 de setembro, do ano em curso;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 - Período da Ordem do Dia:

4.1. Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal;

4.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.3. Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2020 – Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita / Mapa de Pessoal para 2020;

4.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2019 / art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

4.5. Plano Diretor Municipal de Montalegre – Alteração no âmbito do Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE). / Proposta;

4.6 Projeto de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais;

4.7. Revogação de vários Regulamentos em vigor no âmbito do apoio à agricultura e pecuária;

4.8. Suspensão do Regulamento “Prémio Literário Bento da Cruz”;

4.9. AMAT / Opções do Plano e Orçamento para 2020;

4.10. EHATB, EIM, SA. – “Informação sobre a Situação Económica e Financeira – 1º Semestre “reportada a 30 de junho de 2019;

4.11. EHATB / Relatório de Execução Orçamental 3º trimestre 2019;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.12. EHATB / Plano de Atividades e Orçamento para 2020.

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta membros, à exceção dos deputados Ana Isabel Dias, Manuel Rebelo, Nuno Pereira, José Miranda Alves, Sandra Pinto, Marco Sousa, Márcio Azevedo, Aníbal Ferreira, João Paulo Anjo, António Morais da Costa e João Santos.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Manuel Carvalho, Ana Maria Martins, José Miranda Alves, Sandra Pinto, Marco Sousa, Márcio Azevedo, João Paulo Anjo, Joaquim Moura e Ricardo Moura.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, e do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, David Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1. Apreciação e votação da ata nº 4ª sessão ordinária realizada no dia 11 de setembro, do ano em curso.

A ata da 4ª sessão ordinária, realizada no passado dia 11 de setembro, foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Posta a votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

2– Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

Inscreveram-se para intervir os deputados João Carlos Rodrigues, Duarte Gonçalves, João Soares, Iva Rebelo, António Ferreira, Sandra Gonçalves, Ricardo Moura, Acácio Gonçalves, Rui Cruz, José João Moura e Lúcia Jorge.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Hoje trago aqui uma análise à situação política que vivemos e que me parece da maior importância trazer aqui, é importante analisar alguns números e fazer daí uma leitura política.

E começo, obrigatoriamente, pela análise dos resultados das últimas eleições legislativas, dos resultados quer a nível nacional quer a nível local e são estes últimos que de facto mais nos dizem e mais nos interessam.

Mas, numa análise global e nacional, a vitória do partido socialista é inquestionável, inequívoca. Foi a resposta dos portugueses a uma legislatura que assentou no crescimento da economia e na devolução de rendimentos que tinham sido suprimidos pelo governo Passos e Portas, Lda.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Foi a resposta dos portugueses a: uma legislatura, em que Portugal atingiu o défice mais baixo da história da democracia; uma legislatura onde se aumentou o rendimento médio mensal da população empregada por conta de outrém em cerca de 10%; uma legislatura em que foram criados mais de 386 mil empregos, diminuindo a taxa de desemprego de 12 para 6%; em que se diminuiu a precariedade com mais de 375 mil contratos sem termo; onde mais de 382 mil pessoas saíram da situação de privação material severa; foi a resposta dos portugueses a uma legislatura em que houve mais cirurgias e onde se aumentaram os recursos humanos no SNS em 10% com mais de 12.500 novos profissionais.

Foi esta a resposta dos portugueses ao esforço do governo PS e a confirmação de que era possível fazer diferente, fazer mais e melhor, como as propostas do atual OE comprovam, assegurando a continuidade das políticas sociais e de crescimento económico.

E na resposta dos portugueses incluímos, claro, a resposta dos Barrosões. E estes também responderam da forma que acharam por conveniente, numa participação dentro da média nacional.

E é importante analisar aqui os números a nível concelhio.

Bem, mais do mesmo. A resposta dos Barrosões foi uma grande vitória do PS no concelho. Conseguiu, à semelhança das eleições europeias, um diferencial de 600 votos e ganhando na maioria das freguesias.

E é importante referir que em 20 anos e em 7 atos eleitorais para o parlamento português, o partido socialista venceu, no concelho, 4 desses 7 atos eleitorais. Parece-me evidente e incontestável que o concelho virou definitivamente à esquerda.

E virou definitivamente à esquerda por via de duas dimensões: por um lado, por 30 anos de compromisso, por 30 anos de trabalho árduo, por 30 anos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

proximidade com todos os barrosões, por 30 anos de progresso e por 30 anos de competência, o que se traduz em 30 anos de confiança no partido socialista.

Mas se virou à esquerda pelos méritos inegáveis do partido socialista, também há que, por outro lado, mencionar aqui os deméritos da oposição que em nada são salutares para a democracia e o debate com elevação.

E analisando os números que a oposição conseguiu no passado ato eleitoral, salta à vista, em primeiro lugar, o pior resultado da história do PSD em Montalegre em eleições legislativas, em termos percentuais e em número efetivo de votos, baixando dos 2000 votos.

Outro número que salta à vista, e em segundo lugar, é que o aliado do PSD em Montalegre conseguiu a proeza de contabilizar menos votos, nestas eleições legislativas do que o Bloco de Esquerda, contabilizou não tendo sequer representação nesta assembleia, nas eleições europeias, sendo estas últimas umas eleições muito menos participadas.

E isto transporta-me para o horizonte das próximas autárquicas.

E ao que estes números indicam, a oposição está em queda livre.

O aliado do PSD corre o risco de desaparecer, o que não é um bom sinal para a robustez da democracia, já a aposentação do seu eterno líder concelhio seria com certeza um grande serviço público.

Por outro lado, o PSD e também segundo os números dos últimos atos eleitorais autárquicos, e seguindo o caminho que os trouxe até aqui, com os resultados que sabemos, podem estes também alcançar um resultado histórico e descer nas próximas autárquicas para a casa do milhar de votos.

E tudo isto me remete, infelizmente, para a minha 1ª intervenção nesta casa e para o estatuto da oposição, ou por outro lado, para a falta de estatuto.

Porque é lamentável, é indecoroso o papel a que se prestam autarcas eleitos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não vou aqui qualificar mais o papel a que se prestou, perante milhões de pessoas que viram e ouviram, um autarca eleito denegrir a sua terra, as suas gentes, a sua identidade e o seu prestígio. E não o faço porque, ao contrário da oposição, o partido socialista tem estatuto e tenho a certeza de que o Presidente da Câmara já qualificou esse papel em sede própria.

E não o qualifico porque somos coerentes com a forma de estar na política. Bem, o PSD, e tenho que o dizer, também é coerente na sua forma de estar na política. Agora a coerência do PS está no lado oposto à coerência apresentada pelo PSD, e pelos seus atores, ao longo destes 30 anos.

A nossa forma de fazer política sempre foi coerente com os valores da democracia, da liberdade e da tolerância, tendo em conta os princípios da liberdade de opinião, do respeito pela diferença, do respeito por todos os intervenientes políticos, do respeito pelas instituições e, mais importante que tudo, pelo respeito por aqueles que representamos.

O estatuto do PS é o estatuto da respeitabilidade, da credibilidade e da responsabilidade.

Por outro lado, a coerência do PSD está bem vincada na síndrome de que padece, na construção permanente de realidades alternativas, está bem vincada no último número televisivo às 9 horas, está vincada no constante ataque, no desempenho das funções para o qual foram eleitos, à honra e à dignidade de pessoas e instituições.

Com recurso a insinuações, ao lançamento de suspeitas, a injúrias e a calúnias alimenta, esta oposição, a sua síndrome, cada vez mais alastrada, da PBA.

Nunca é tarde para se ganhar estatuto, basta respeitar para ser respeitado. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, trago aqui um único assunto, contudo dada a intervenção do deputado João Carlos Rodrigues que me antecedeu, devo começar por dizer que o deputado fez a intervenção da Alice no País das Maravilhas, eu poderia também apontar uma série de aspetos em que o governo anterior esteve menos bem, e discordar daqueles que ele aqui referiu. Contudo estamos na Assembleia Municipal e não na Assembleia da República. Devemos aqui expor casos locais, deixar essa politiquice, e trazer assuntos e soluções para as preocupações da nossa gente.

Afirmou que viria falar de números, mas não apresentou números alguns. Mas em termos eleitorais eu dou-lhe números. Sabe que em 2015 o PS em Montalegre teve 2563 votos e perdeu as eleições legislativas no concelho? Sabe que em 2019 o PS ganhou com apenas 2516 votos. Tem noção que 2516 é menos que 2563? Vir aqui cantar vitória com tão píffio resultado. O PSD perdeu votos, cerca de 1000, como vê não foram para o PS que teve menos, foram sim maioritariamente para a abstenção! Portanto é píffio todo o seu discurso aqui apresentado.

Mas vamos ao que interessa.

Sr. Presidente, considero que em relação à questão da exploração dos recursos naturais do nosso concelho (lítio), sendo esta a maior questão política que se coloca ao nosso concelho nos últimos, para não dizer mais, 30 anos, acho inconcebível que esta Assembleia Municipal esteja até hoje sem se pronunciar sobre esta matéria. Não é isso que espera de nós quem nos elegeu. É preciso uma tomada de posição clara e inequívoca. Por isso, venho em nome do grupo municipal do PSD, apresentar a seguinte moção: Considerando que o tema da exploração mineira assume particular importância local, regional e nacional, merecendo uma reflexão profunda sobre o que está em jogo, nomeadamente quanto ao direito ao ambiente, enquanto direito fundamental,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

constitucionalmente previsto no art.º 66.º da CRP, na sua dupla vertente: a) no direito à abstenção do Estado e de terceiros, de ações ambientalmente nocivas, e, b) no direito positivo a uma ação do Estado, no sentido de defender o ambiente e prevenir e controlar ações poluidoras e lesivas que atentem contra este;

Considerando o impacto que o exercício de prospeção e pesquisa, e o trabalho de exploração mineira de lítio, poderão ter no território abrangido pelo concelho de Montalegre, ao nível da paisagem, dos ecossistemas, da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável, e do modo e qualidade de vida local.

Considerando que o Município de Montalegre está integrado na área do Parque Nacional da Peneda Gerês, e na Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurês, da Unesco, sendo um território qualificado como Património Agrícola Mundial pela FAO-ONU, e que a Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, que aprova as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, no seu artigo 45.º proíbe a exploração mineira em zonas de defesa.

Considerando que a área abrangida pelos pedidos de prospeção e pelas concessões inclui zonas significativas sujeitas a Reserva Ecológica Nacional, espaços florestais de conservação e reserva da biosfera integrada no âmbito do Programa Man & Biosphere (MaB), um programa científico da UNESCO criado em 1971 numa perspetiva de promover o equilíbrio entre as sociedades humanas e os ecossistemas, tendo como finalidade conjugar a conservação dos valores naturais com a manutenção dos valores culturais e com o desenvolvimento socioeconómico sustentável da população que nele habita.

Considerando que a exploração de lítio no concelho de Montalegre colide com a estratégia pública que tem orientada a aposta de desenvolvimento do Município, assente no turismo e na natureza; e que aquela não foi alvo de Avaliação Ambiental Estratégica, apesar de esta ser obrigatória nos termos da legislação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

nacional e comunitária, e que consiste numa ferramenta de apoio à decisão no âmbito do ordenamento do território, incluindo a participação ativa dos cidadãos na abordagem estratégica e a avaliação antecipada dos impactos ambientais, económicos, sociais e culturais.

Considerando que o Concelho de Montalegre, tem em curso mais requerimentos de prospeção e pesquisa para o seu território (Requerimento de prospeção Malhão Bloco A e B de Maio de 2017 com a empresa Lusidakota Minerals Ida, requerimento de prospeção Malhão 2 Bloco A e B de Março de 2019 com a empresa Ambieco Energia Ida, requerimento de prospeção REIGOSO abrangendo uma área 120.58km² com a empresa Slipstream Resources Pty Lt, requerimento de prospeção VAQUEIRO com a empresa Lusidakota Minerals Lda, e requerimento de prospeção VISO com a empresa Fortscue Metals Group Exploration Pty Lda) e inclusive assistimos já a mais um contrato de prospeção no VALE DAS CORÇAS assinado em Novembro de 2015 com a empresa Areias e Britas da Barca Lda, assim como um contrato de prospeção na concessão Chaves cuja área abrange as freguesias de Vilar de Perdizes, Solveira, Santo André, Sarraquinhos e Cervos, assinado em Novembro de 2016 com a empresa Medgoldminas Unipessoal,Lda. Existe ainda já em fase de requerimento para concessão de exploração a concessão Borralha* (* Contrato de Exploração Experimental denominado "A Borralha", publicado no Aviso n.º 2709/2019, publicado na Série II de 2019-02-19 do DR).

Tendo em conta, ainda:

O inegável direito desta Assembleia Municipal, no âmbito das suas competências de apreciação e fiscalização, previstas no art.º 25.º da Lei n.º 75/2003 (que aprova o regime jurídico das autarquias locais), conhecer atempadamente, acompanhar e intervir neste processo de auscultação sobre a possibilidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

novas prospeções e pesquisas de lítio e outros minerais no concelho de Montalegre.

A Assembleia Municipal de Montalegre, reunida a 18 de Dezembro de 2019, delibera o seguinte:

1 – Exigir ao Município que, no cumprimento da legislação nacional vigor, se digne facultar de imediato o acesso a toda documentação e informações em seu poder relativa aos supra citados pedidos de prospeção e pesquisa, contratos de exploração experimental e contratos de concessão de exploração imediata, em especial, os pareceres emitidos pelo Município.

2 – Exortar o Município a, doravante, se abster de emitir qualquer tipo de parecer, sem previamente auscultar a Assembleia Municipal. No caso concreto, tratando-se de matéria ambiental, incitamos o Município que, abstendo-se de vincular o concelho, adote uma postura pública, firme e inequívoca, de proteção do conteúdo essencial do direito ao ambiente, consagrado no citado art.º 66.º da CRP, e o “dever de o proteger, de o preservar e de o respeitar, de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável a longo prazo” (cfr. art. 8.º, n.º 1, da Lei Bases da Política de Ambiente), em detrimento dos interesses económicos, uma vez que é inequívoco que aqueles devem prevalecer sobre estes.

3- Em consequência, deve o Município, adotar uma posição clara e inequívoca contra a tentativa de exploração agressiva dos recursos naturais no concelho, nomeadamente mineração a céu aberto, destruição de serras e ecossistemas, degradação de habitats e paisagens que são parte integrante do nosso património, pois tal provocará uma transformação negativa ambiental e paisagística sem precedentes num território sensível.

4- Deve o Município apoiar a elaboração e apresentação imediata da candidatura da Serra do Barroso como Área de Paisagem Protegida de Âmbito Regional.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

5 – Exigir ao Governo de Portugal que, relativamente a todos e quaisquer requerimentos relativos à revelação e aproveitamento de recursos geológicos, cumpra todos os requisitos, tal como estabelecidos na legislação em vigor, designadamente:

- a avaliação ambiental estratégica, obrigatória no caso em concreto, por força do disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (que aprova o regime de avaliação de planos e programas) e transpõe a Diretiva 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio; diploma que igualmente consagra a necessidade de submeter a realização de um conjunto de projetos a uma prévia avaliação do seu impacte ambiental (como é o caso vertente, por se tratar de utilização do solo, em área superior a 25ha – Anexo I, ponto 18, do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 que aprova o regime de impacte ambiental) - e que, apesar de obrigatória, não foi levada a cabo; e que, indubitavelmente, torna nulo todo o processo de prospeção ocorrido e o de concessão de exploração;

- Inclusão da participação ativa dos cidadãos na abordagem estratégica, também esta obrigatória, nos termos da Convenção de Aarhus, do Protocolo de Kiev, da Lei de Bases da Política do Ambiente, e do regime de avaliação de planos e programas para o ambiente (anteriormente identificado);

- A recolha prévia e obrigatória de pareceres às entidades competentes, como sejam Instituto de Conservação da Natureza e Floresta (ICNF), Agência de Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto da Água, IP, a CCDR e as autoridades de saúde, tal como decorre do disposto no n.º 3, art.º 3.º do regime de avaliação de planos e programas para o ambiente

- a elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental prévio à celebração de qualquer contrato de prospeção ou de concessão de exploração, tal como previsto nos arts. 12.º e seguintes do DL n.º 151-B/2013, de 13 de outubro, que no caso concreto assume vital importância e imprescindibilidade;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

6 – Dado o número e área objeto de pedidos de prospeção e a possibilidade de outras explorações virem a existir na região, exigir ao Governo de Portugal que, relativamente ao contrato de concessão de exploração de depósitos minerais de lítio e minerais associados, número de cadastro C-152, com a denominação “romano” já efetuado com a Lusorecursos Portugal Lithium SA, para o contrato de concessão de exploração de quartzo e Feldspato, número de cadastro C-151 com a denominação Alto das Forcadas assinado com a empresa Rocávia - Rochas de Viana Lda, incluindo o caso da Mina do Barroso, número de Cadastro C-100, em Boticas, decreta a cessação dos mesmos, por o procedimento estar ferido de nulidades, e seja exigida uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), conforme anteriormente exposta, para a região do Barroso, antes de qualquer início de trabalhos de exploração, visto não estar em causa uma exploração pontual e localizada mas sim toda uma região afetada, dando cumprimento às já mencionadas disposições legais.

Esta Moção deverá ser enviada a Sua Excelência o Primeiro Ministro, Sua Excelência o Ministro do Ambiente e da Transição Energética, à Direção Geral de Energia e Geologia, à Direção de Serviços de Minas, para os Grupos com Assento Parlamentar na Assembleia da República e para as Câmaras Municipais de Boticas, Chaves, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Fafe devido à existência de zonas de prospeção interterritoriais. Os Proponentes, os eleitos do PSD na Assembleia Municipal de Montalegre.”

O deputado João Soares disse que, no dia 18 de dezembro de 1989, Montalegre acordou preenchido com a mesma alegria com que acordou na revolução de abril. O PS obtinha a confiança dos barrosões para dirigir os destinos do concelho. Deram confiança a pessoas de confiança com projetos creíveis para o concelho. A população tem na memória a melhoria da qualidade de vida e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

desenvolvimento do concelho que o Dr. Pires, o Fernando Rodrigues e o Orlando Alves impuseram no concelho.

O concelho precisava de olhar para o futuro com pessoas que lhe dessem confiança. Há 30 anos que os Barrosões confiaram o poder democrático ao PS. Apostaram na excelência contra a maledicência.

A deputada Iva Rebelo falou do amianto e da sua recolha. Disse que a obra foi adjudicada já em fase de execução. Trata-se de um material cancerígeno e tem regras a cumprir para a sua retirada. Utilizaram materiais inadequados para a recolha do material em causa. O ajuste foi no valor de 60 mil euros, mas não se sabe quantas casas irão ser abrangidas e se alguma assistente social acompanhou o processo.

O deputado António Ferreira disse que lhe agradou que a Câmara resolvesse a situação dos bebedouros. Os agricultores ficaram muito satisfeitos.

Disse que juntos seremos mais fortes e vê com agrado que o PSD se aproxime das ideias do PS.

Sobre o lítio, disse que não convém pôr os carros à frente dos bois. As decisões ainda estão para ser tomadas e na altura irá pronunciar-se.

Frisou que quando houver eleições, o PS vai acertar o passo novamente ao PSD. Os números falam por si.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras: é do conhecimento deste executivo, dado as várias queixas dirigidas à câmara por parte da associação de pais do Baixo Barroso, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

vários alunos da escola secundária do Baixo Barroso têm de apanhar o autocarro na estrada Nacional. Posso aqui dizer que é arrepiante ver as crianças com idades entre os 9 e os 17 anos a correr, a brincar junto à estrada numa curva fechada, sem visibilidade e sem qualquer vigilância dos funcionários dado que estão fora da escola. Já foi proposto que se fizesse um coberto no interior da escola junto ao portão que se encontra a escassos metros da paragem. Assim os alunos estariam vigiados, abrigados e dentro das instalações. Estamos à espera que ali se dê um acidente grave? Infelizmente a autarquia não está na disposição de inverter as suas prioridades, esbanja o dinheiro do erário público como se seu se tratasse e deixa que uma situação destas se mantenha mesmo depois de vários alertas. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O deputado Ricardo Moura disse que é tempo de festejar os 30 anos do PS no poder. Antes disso houve 16 anos do PSD. Pediu para que comparassem as obras que foram feitas pela Câmara socialista, à semelhança dos Governos. O PSD fechou tribunais, escolas e até parou o processo da UCC de Montalegre que tanto nos orgulha e tantos empregos trouxe para Montalegre.

Disse que a denúncia sem carácter é muito perigosa. Isso fazia-se no tempo da PIDE. A Sandra Felgueiras vai ter que comprovar quem recebeu o cheque e onde foi parar. Na altura das eleições autárquicas, a dita jornalista fez o mesmo ao Ricardo de Padornelos ao qual lhe fez uma propaganda favorável.

Assumi que é contra a mina de lítio porque em tempos esteve para ficar dentro de uma. A Freguesia de Morgade sabe que o PS é um partido democrático e que ouve toda a gente e a gente de Morgade sabe que têm o PS para os defender.

O deputado Acácio Gonçalves disse que as eleições foram sempre respeitadas, mas não há mal que sempre dure, nem mal que nunca acabe. A Câmara Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

de Montalegre é contra a juventude, o Conselho Municipal de Educação não reúne e desconhece quais são as reais necessidades dos jovens. Os jovens são o futuro, tais como os emigrantes que são tratados como cães raivosos.

Disse que o PS canta de galo, mas anteriormente o Carvalho de Moura e o Salazar também os chateava muito. O barco navega sem leme e com bússola automática. Os favorzinhos e os subsídios dão jeito e satisfazem as necessidades da humilde gente. Devia haver mais contestação nesse sistema. As entidades, associações e as Juntas de Freguesia deviam prestar contas e nunca o fizeram. O dinheiro atribuído às Associações Desportivas parecem-lhe um exagero: o desporto automóvel prevê 368 mil euros, mais 94 mil euros para a Volta a Portugal, mais 90 mil euros para a Automóvel Clube de Vila Real, mais 200 mil euros para o Ecomuseu e ninguém sabe onde é gasto.

Disse que as Juntas de Freguesia recebem 1 milhão de euros que não administram e parecem as más da fita.

Fez um reparo ao secretariado da Assembleia pois não recebeu o mapa de pessoal e é uma falta constante.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que é injusto e incorreto um órgão autárquico acusar outro órgão autárquico. Todos os autarcas sabem ou deviam saber que as Juntas de Freguesia prestam contas nos locais devidos, que são transparentes e públicas e que se não cumprirem têm que prestar contas com a justiça.

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: "Gostei de ouvir as palavras do deputado Ricardo Moura, quando lembrou aos presentes que há pessoas no PS que também são contra o lítio, que são contra a exploração mineira no Barroso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não posso aceitar que o PSD venha, novamente, a esta Assembleia tentar fazer política a reboque do lítio. Por favor, não metam os partidos neste assunto.

Na intervenção do 1.º Secretário da CIM, sobre a política de desenvolvimento para a região do Alto Tâmega, em que defendia que os municípios teriam de unir esforços, agregar sinergias para promover o crescimento da região, reforçando que isso teria de ser feito em conjunto e não em separado, registei esta pequena frase “Juntos seremos mais fortes”.

No caso do lítio é a mesma coisa, temos de estar todos juntos, não nos podemos separar. Se metermos os partidos políticos no meio, só é para dividir e não para agregar. Temos que nos manter unidos, custe o que custar. Será que é difícil algumas pessoas entenderem isto? Será que ainda não deram conta que isto só divide? Neste momento, combater o projeto Mineiro, é um desígnio que tem de mobilizar toda a população do concelho de Montalegre. Meter política neste assunto só está a prejudicar o desígnio “Não à Mina, Sim à Vida Sim”. Precisamos de todos.

Apresentar propostas partidárias nesta fase e desta maneira precipitada, sem conhecimento prévio, não é benéfico. Deixem a luta partidária para a campanha eleitoral, ela lá vai chegar. Não se deite tudo a perder, por causa dos interesses partidários. Queria deixar isto bem claro, o interesse do concelho tem de estar à frente de qualquer partido político, seja ele o PS, PSD ou CDS.

Esta fase tem de servir para informar e explicar à população o que vai acontecer ao nosso concelho se a exploração mineira avançar.

E quem pensa que isto é só um problema de Morgade, está bem enganado, é de todo o concelho de Montalegre. Os Presidentes das outras Juntas de Freguesias têm que saber que, se não se manifestarem contra a exploração mineira no concelho, amanhã podem ter uma mina na sua freguesia. E devem começar a questionar-se, também, se querem uma mina há porta de casa. Porque, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

além dos cinco contratos assinados, dois de exploração e três de prospeção, existem mais sete avisos de prospeção para o concelho de Montalegre. Isto já representa 25% da área do nosso território, pode tocar a qualquer um.

Temos de ver se é isto que queremos para o nosso concelho.

O povo tem de se pronunciar, a população tem de ser chamada para decidir, e a assembleia municipal também, mas não é agora, nem nestes moldes.

Temos que nos preparar e exigir a realização de um referendo no concelho de Montalegre para sabermos o que as pessoas pensam sobre a possibilidade de passarem a ter este tipo de indústria poluente à porta das suas casas.

O PSD tem todo o direito de falar deste problema, mas não o faça desta maneira. Assim, pedia que a proposta fosse retirada, para o bem desta causa, e para podermos dizer que, por Barroso, Juntos Seremos Mais Fortes. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz”.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, Exmo. publico, gostaria de reforçar a nossa posição acerca da moção apresentada pelo meu colega Duarte Gonçalves e frisar que a nossa postura relativamente à questão da exploração de lítio é clara e publica, uma manifesta oposição às explorações de lítio na região com os consequentes impactos ambientais e sociais. Ao contrário do partido Socialista, que desde o seu secretário geral e primeiro ministro que defende a exploração do lítio como um desígnio nacional; o ministro do ambiente, assíduo espectador da feira do fumeiro e acérrimo lutador pela descarbonização do planeta; o secretário de estado da energia que na sua altivez e omnipresença, desdenha as manifestações populares, fugindo do conflito, ao contrário do seu mentor e fundador do PS o Dr. Mário Soares, que no seu conhecido populismo, seria o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

primeiro a dar a cara perante tal manifestação; o Sr. presidente de camara que ora diz que é a favor de todos os pedidos de prospeção, ora diz que está do lado da população e que as suas terras não merecem ser esventradas, mas o que fez até ao momento foi agarrar-se a um parecer do estudo de impacto ambiental que como todos sabemos, embora leigos nesta matéria, não vai ser contra a empresa que o pagou, a mesma que ganhou a conceção, nem contra o interesse publico nacional. Vejamos o caso do aeroporto do montijo em que EIA foi favorável e aqui em Barroso que só se lembram de nós para comer e votar vão dar um parecer diferente?!!

Na última assembleia municipal questioneei a posição do partido socialista de Montalegre acerca deste assunto. Perante estas evidências todas, palavras para quê??? É claro como a água que o PS é a favor da exploração de lítio, quer seja a céu aberto, quer através de minas, e não só na mina do romano, mas por todo o lado.

O que é caricato, pois enquanto os outros presidentes de câmara estão de alma e coração com a vontade popular e pedindo audiências parlamentares com todos os partidos com acento na assembleia, como no caso do seu homologo O Presidente da Câmara de Boticas, que no passado dia 28 de novembro, acompanhado pela Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Covas do Barroso, e pelo presidente da Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso, manifestaram as suas preocupações relativamente à exploração de lítio na Mina de Covas de Barroso, transmitindo aos deputados todas as informações de que dispõem e dando conta das razões que levam a população a opor-se à mesma, tendo ainda a oportunidade de esclarecerem algumas questões colocadas pelos deputados, sensibilizando-os para os impactos previsíveis a nível ambiental, social e económico que tal exploração acarretará para a região e em particular para a freguesia de Covas do Barroso. Nessa mesmo dia estiveram também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

presentes autarcas e representantes de associações de várias regiões do país. Uma delas, A Associação Montalegre com Vida, agiu perante este impasse executivo, e interpôs uma ação administrativa com vista à anulação do contrato de concessão para a exploração de lítio assinado entre a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e a Lusorecursos Portugal Lithium.

Mas o que realmente importa e que ninguém menciona são as pessoas. Os barrosões naturais de Morgade, de Carvalhais, de Rebordelo, nem foram tidos nem achados. O que está em primeiro lugar nesta questão toda são mesmo as pessoas, a sua vontade e o que elas ganharão com isto tudo. As mesmas pessoas que elegeram toda a gente presente nesta sala, principalmente o Sr. presidente, que votaram em si para os defender, para zelar pelos seus interesses e para lutar pelas suas vontades. E isto não está a acontecer e é para isso que o Sr. Presidente está aí nesse lugar. Lutar contra o poder central para o bem local das nossas pessoas, das nossas terras, do nosso querer, e do nosso património e cultura.

Agora falo para esta plateia, eleita pelos vossos que confiam piamente em vocês, independentemente da cor partidária, Srs. presidentes de Junta. É isto que vocês querem para as vossas terras? Querem os lameiros e montes esventrados em áreas que podem chegar a 500 campos de futebol? Querem renunciar ao pastoreio secular em detrimento de minas que irão secar fontes, poluir lençóis freáticos, inundar os lameiros com lamas e escombros, por causa de uma bateria para um carro ou um telemóvel?

Começou na mina do romano e agora já há mais 7, repito 7 pedidos de prospeção, que no entender do Sr. Secretário de Estado da Energia, um pedido de prospeção dá origem a um contrato de exploração, se este for requerido.

Primeiro a salvação eram as barragens, depois os parques eólicos, e que proveito tivemos? Quase nada, e agora, o mesmo governo que quer transformar Barroso num campo de golfe gigantesco, dispensou a liquidação de IMI às operadoras de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

parques eólicos, o que representa para o município uma perda de 700 mil euros, só em 2019. Sr. presidente, sr. deputados, Sr. Presidentes de junta, caro publico, como já disse anteriormente, a nossa quota de produção de energia já chegou aos limites aceitáveis. Sr. Presidente vista a camisola da terra, admita que errou e comece a lutar pelos nossos interesses. O povo Barrosão não vai ganhar nada com este saque. Comece a agir para aquilo que foi realmente eleito. Defenda os interesses do povo e esqueça os royalties. Faça como os outros presidentes de camara e Comunidades Intermunicipais que se mobilizaram e juntaram à população e movimentos cívicos para a "luta" que o país tem pela frente de contestação à prospeção e exploração de lítio, antes que seja tarde demais. Não deixemos que o governo central nos roube aquilo que amamos. A nossa terra. Viva BARROSO. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

A deputada Lúcia Jorge começou por perguntar ao Vereador do PSD, José Rodrigues, se já teve acesso ao Plano Municipal Florestal e Conservação da Natureza. Disse que o referido Plano foi entregue nos serviços da Câmara Municipal no dia 13 de fevereiro de 2019. É um documento sério, necessário e onde vai reverter o Plano Regional de Ordenamento Florestal no PDM de Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara afirmou que o deputado Duarte Gonçalves fez a análise dos resultados eleitorais à sua maneira, mas não foi capaz de dizer por quantos votos é que o PSD perdeu.

Disse que a deputada Sandra Gonçalves leu tão bem a sua intervenção que se viu logo quem foi o autor do escrito. Relativamente às medalhas de mérito, disse que o executivo tem a forma própria de estar na política e vai sempre ao encontro das premências do momento e disso temos dado soberano exemplo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Relativamente às questões colocadas pela deputada acerca da escola disse que a confusão que se vive no Baixo Barroso, com a entrada e saída dos autocarros, deve-se ao facto de a Câmara, atenta a tudo isso, colocar um sinal de proibição de estacionamento no local que refere mas que lamentavelmente ninguém respeita, razão pela qual a recolha dos alunos é feita à estrada. Não é simpático mas, não cabe à Câmara dar ordens à escola nem ensinar ninguém a respeitar os sinais. Também a Associação de Pais tem uma palavra e atitude tendida a pôr fim a tanta desordem. Pena que não o faça. O referido coberto no portão que a deputada Sandra Gonçalves referiu, foi algo que a Câmara a seu tempo propôs e que não foi aceite.

Disse que não é simpático que o deputado municipal Acácio Gonçalves venha falar como fala sobre as Juntas de Freguesia. Toda a gente sabe que todos os Senhores Presidentes são escrupulosos no cumprimento das regras, apresentam as contas a tempo e horas e prestam contas à população que representam.

Disse que durante muito tempo se fez política no Centro de Saúde, agora faz-se na Escola. Só não vê quem não quer. Foi o PSD que politizou a escola e nela vê escola uma espécie de vaca que rende. A escola não indigita os professores que têm que ter assento no Conselho Municipal da Educação com o argumento de ser a Câmara a escolhe-los algo que é suposto não ser verdade. Alguns partidos também não indicaram os seus representantes. Daí estar formado e não reunir conseqüentemente. Disse ainda que, pelo conhecimento que tem, o próprio líder do CDS Montalegre também não indigitou representante pelo que se estranha vir reclamar nos termos em que o faz. Não admite que se diga que os emigrantes são tratados como cães. Nem se percebe porque é que o Senhor deputado fala assim. Por qualquer lado que se vá, os emigrantes têm uma alegria imensa em receber o executivo. Em Nanterre é uma festa, foi há dias ao Canadá e foi muito bem-recebido. Os emigrantes vêm à Câmara e têm um Gabinete de Apoio ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Emigrante que está em contacto permanente com a Secretaria de Estado das Comunidades. Por estas razões, não se entende a observação feita pelo deputado Acácio Gonçalves. Ainda bem que tem o discernimento de dizer que os serviços sociais da Câmara funcionam razoavelmente.

Disse que aceita o desafio de vestir a camisola em defesa dos interesses da terra, mas lamenta que o deputado não veja que o Presidente da Câmara, desde que a vestiu, nunca mais a tirou. Acrescentou que a questão do lítio foi politizada pelo PSD e CDS para criar divisões como forma de reinar e prova de existência. Constata-se que agora há dois PSD's, um que diz que as coisas mudaram porque agora o PSD tem nova liderança e outro que diz que o PSD está morto, falhado e sem liderança. O PS está habituado a ter herdeiros respeitadores da história e memória do que foi. O PS não precisa de fazer guerra com o PSD, pois é o próprio PSD que se autodestrói e se mata em palavras, em incoerências e noites de facas longas. A reflexão sobre a questão do lítio devia ter sido solicitada em 2016 quando concitou a atenção geral de toda a gente: dos conselhos diretivos que aceitaram e contratualizaram com as empresas envolvidas na prospeção e até dos proprietários e familiares dos restaurantes onde as empresas faziam despesa. Nessa altura, o Presidente da Câmara de Montalegre dizia poder-se estar perante uma oportunidade para o território. E quando o contrato de exploração foi assinado, a convite da Lusa, em março de 2019, teve oportunidade de dizer e foi amplamente divulgado "somos a favor de projetos que tragam desenvolvimento, criação de postos de trabalho, criação de riqueza e fixação de pessoas desde que tudo se faça no respeito pelos valores ambientais e patrimoniais do concelho e na defesa do interesse das populações". Isto foi o que o Presidente da Câmara disse e tem sabido manter. E não será porque alguns querem associar a Câmara de Montalegre ao que quer que seja que faz com que tal seja a verdade dos factos. Disse que o PSD anuncia uma reflexão profunda ementes apresenta uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

visão apocalíptica da coisa. Mas se a versão que o deputado apresenta for verdadeira, as pessoas não se devem preocupar, pois a mina não abre de maneira nenhuma. Com tantos impactos, com tanta devastação, não há Estudo de Impacto Ambiental que possa ser aprovado. O lítio é, de facto, um designio nacional. Saiu ontem um artigo no Jornal de Notícias onde o Presidente da Câmara diz o seguinte: “o lítio é designio nacional, não estivesse o Estado empenhado na neutralidade carbónica. Porém nada vincula a Câmara de Montalegre a designios que a população não quer e a Câmara estará sempre do lado da população, sempre do lado do povo porque foi isso que o Presidente da Câmara garantiu na reunião em Morgade” e vai saber honrar.

Mais disse ser o lítio política baixa a rondar o desespero por parte do PSD que tem canal aberto para a Felgueiras ou em Felgueiras, onde alguns estagiaram. O PSD tem via verde para Felgueiras. Exemplo disso foi o programa dos votos dos emigrantes e por aqui se prova quem os trata como cães! Evidencia-o agora com o programa do lítio de que o PSD se não demarca. Mais, abraça a desonra para no pasquim local exhibir em parangona “RTP denuncia corrupção na Câmara de Montalegre”. Disse que o lítio foi política feita pelo PSD a partir do momento em que perceberam que o assunto era fraturante e podia render. De facto, não foi o PS que se foi meter nas primeiras reuniões em Morgade. Foi o PSD a quem os residentes aconselharam sair porque ali não queriam política. Também não é o PS que vai aos magustos, ou está por detrás do Movimento que está para chegar e também não é o PS que diz que o PSD está fragilizado e parado e que o líder não presta. Talvez o PSD vá incorporar o tal Movimento. Também não é por acaso que a RTP faz um programa “Prós e Contras” para onde convida os Presidentes das Câmaras de Boticas e Caminha e ignora o Presidente da Câmara de Montalegre. Por aqui se vê como o PSD, partido sem base social no concelho domina a arte do compadrio e da conspiração.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

E para provar que o lítio o que diz reforça com a resposta dada, em forma de carta aberta, a um munícipe de S. Pedro que o jornal oficial se recusou publicar. As ações ficam com quem as pratica. O Presidente sempre disse que aguarda serenamente que o Estudo de Impacto Ambiental seja posto à discussão pública de forma a nele participar, consolidar a informação, tomar posição e agir no quadro das competências em que o Presidente da Câmara Municipal pode fazê-lo. Também disse que estar ao lado do povo é estar a caminhar na mesma direção e nunca em sentido contrário. Mais informou ter incumbido a Associação Montalegre com Vida que escolha o corpo de técnicos em que acredita para que faça a apreciação crítica e técnica do Estudo de Impacto Ambiental e a Câmara pagará. Da análise que for feita será certamente a posição da Associação que será a posição da Câmara. Até lá há que dar tempo ao tempo. Maior coerência ou clareza não haverá, por certo. E que coerência haverá no PSD de agora face ao trabalho jornalístico do Senhor Carvalho de Moura, que em 30/11/2016, e de acordo com o que está escrito em ata de Câmara, recomenda ao Presidente da Câmara que transcreve-se: “tem uma oportunidade que não pode perder e se é verdade que as explorações de lítio vão ter lugar em Cepeda – Montalegre, deve reclamar junto do Ministério da Economia que tal investimento se faça em Barroso (a propósito da construção de baterias). Mais disse, a Câmara Municipal de Montalegre e os seus responsáveis têm aqui uma oportunidade única para fazer algo muitíssimo importante pelo concelho e pelas regiões limítrofes. Se o poder político estiver à altura das circunstâncias, tudo leva a crer que poderão vir aí outras Minas da Borralha, um surto de desenvolvimento de alcance inimaginável à nossa escala. A Câmara está a dormir o sono dos justos e nada está a fazer para entrar nesta corrida.”

E que dizer das considerações do deputado Acácio Gonçalves, que em 02/12/2016, na qualidade de representante do Grupo Municipal CDS/PSD, expôs



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

o seguinte: “gostaríamos de ser informados devidamente a fim de podermos sonhar com a salvação do concelho de Montalegre a nível de empresas e de riqueza pois este mineral vale mais do que ouro negro”. Afinal, pergunta quem é que na questão do lítio é incoerente e está a fazer triste figura de sendeiro?

Em 4 abril de 2019, ata nº7, os Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP dizem “neste processo do lítio não temos outro interesse que não seja o benefício do concelho e dos nossos concidadãos. Já lhe dissemos que em primeiro seremos a favor da exploração de lítio, mas que a nossa posição final dependerá do Estudo de Impacto Ambiental e dos empregos a criar, sendo que entre o máximo de 500 e o mínimo de 100 postos de trabalho, estão previstos no plano de negócios da Luso Recursos vai uma grande diferença”.

Mais, em 18 de abril do mesmo ano, o PSD contesta, em sessão de reunião de Câmara, a forma como o PS e a Câmara têm conduzido o assunto e enriquecem a ata com o articulado seguinte: “ Fizemos um apelo para que V. Exa iniciasse uma ampla campanha de esclarecimento e auscultação das populações para evitar que o medo do desconhecido se transformasse em desconfiança e esta fosse mais um adversário do lítio. V. Exa deveria ter aproveitado para falar com as pessoas, apelar à calma, à racionalidade, à serenidade e bom senso garantindo que ficaria do lado das pessoas se houvesse uma maioria clara contra o lítio.

Temos medo que o medo instalado na população se transforme em adversário do lítio e inviabilize o investimento.”

Terminou, afirmando que anda meia dúzia de pessoas na política a tentar lavar a cara, mas nunca mais a conseguirão lavar. O executivo socialista foi eleito para fazer boa política e lamentavelmente ainda há gente que não sabe o que isso seja.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Vereador do PSD José Moura Rodrigues pediu para intervir em defesa da honra, mas o Senhor Presidente da Câmara não lhe concedeu a palavra, dizendo que a Câmara Municipal é constituída por sete Vereadores, cinco do PS e dois do PSD e é representada pelo Presidente da Câmara a quem compete responder às questões formuladas pelos senhores deputados.

O vereador José Moura Rodrigues abandonou a sessão, como protesto contra a postura do Senhor Presidente da Câmara.

A deputada Sandra Gonçalves entregou a seguinte proposta à Mesa: “A maioria dos concelhos do distrito de Vila real, tais como Ribeira de Pena, Sabrosa, Mesão Frio, Santa Marta de Penaguião, Vila Real e Mondim de Basto, realizam as sessões de assembleia municipal em horário pós-laboral. Enquanto Vila Pouca, Valpaços, Murça e Alijó as realizam à tarde.

Apenas Montalegre, Chaves e Boticas realizam as sessões de manhã.

As sessões da Assembleia Municipal de Montalegre devem ser públicas e não apenas formalmente públicas.

Ou seja, devem funcionar sempre em horário pós-laboral de forma a permitir a participação de todos os cidadãos que nela queiram participar, designadamente dos trabalhadores e dos estudantes.

Participar ou não participar nas sessões da Assembleia Municipal é um direito dos cidadãos, não cabendo ao poder político limitar, restringir ou retirar este direito com base, designadamente, no argumento da pouca participação dos cidadãos nas Assembleias Municipais.

Em nome das boas práticas democráticas, em nome de uma política participativa por parte de toda a comunidade, onde a inclusão dos jovens do concelho na política é necessária, dado o ciclo vicioso evidente em que caiu o sistema político



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

no concelho, é necessário tomar medidas para que a política cative os jovens e esta medida é apenas uma de muitas que o município deve tomar.

Uma vez que o nosso presidente da câmara não gosta de copiar, está aqui uma oportunidade de ser original e aceitar esta recomendação, assim como o presidente desta assembleia municipal e restantes membros deste órgão, de referir que não será necessário alterar o regimento da assembleia municipal dado que não constam no mesmo dias e horas específicos para a realização das sessões da assembleia municipal.

Em nome da democracia e do PSD Montalegre, proponho que doravante, as sessões da assembleia municipal de Montalegre se realizem ao sábado de manhã, ou a partir das 18h00 nos dias úteis.

Alexis de Tocqueville, escritor, político e filósofo francês disse e bem, "os deputados são os representantes do povo soberano, mas não são os representantes soberanos do povo. Assinado, a deputada Sandra Gonçalves".

Posta à discussão a proposta, inscreveu-se para intervir o deputado Hernâni Carvalho.

O deputado Hernâni Carvalho disse que a proposta apresentada pela deputada Sandra Gonçalves é difusa pois fala em horário pós-laboral ou sábados e não concorda com ela pois acarretaria mais despesas.

Posta à votação, a proposta foi rejeitada com seis votos a favor dos deputados Duarte Gonçalves, Iva Rebelo, Sandra Gonçalves, Acácio Gonçalves, Rui Pedro Gonçalves e Isabel Cosquete.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A deputada Sandra Gonçalves entregou a seguinte proposta à Mesa: "Recomendação para atribuição de medalha de mérito ao tenista Francisco Cabral, nascido a 8 de janeiro de 1997 no Porto, com origens na freguesia de Salto, os avós maternos nasceram, cresceram e trabalharam na aldeia da Borralha, assim como a sua mãe, que detém a Farmácia Central na vila de Salto, desde o ano 2000.

Francisco Cabral é um reconhecido tenista, a nível nacional e mundial, que iniciou o seu percurso na modalidade no ano de 2007.

Em 2018 estava entre os mil melhores jogadores de ténis do mundo em singular e nos trezentos melhores jogadores do mundo em pares.

É tetra vice-campeão nacional, o que significa que pela terceira vez consecutiva é o segundo melhor jogador de ténis de Portugal, sendo o atual vice-campeão português de Ténis.

Foi 8 vezes campeão de pares a nível nacional em diferentes provas.

Foi Campeão de pares na Tunísia F32 em 2017

Em abril de 2018 participou no Estoril Open com Wildcard atribuído pela organização;

Também no ano 2018 foi campeão no future de Vilamoura em pares;

Este ano, 2019, foi Campeão de Pares na M15 Castellon.

Francisco Cabral tem feito uma carreira excecional, quem o acompanha sabe que joga com alma, coração e dedicação. É sem dúvida um Barrosão digno desta condecoração. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves."

A recomendação para atribuição da medalha de mérito ao tenista Francisco Cabral não foi aceite pela Mesa por não ser da competência da Assembleia Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Foi posta à discussão a proposta de moção apresentada pelo deputado Duarte Gonçalves e inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, Hernâni Carvalho, Sandra Gonçalves, Rui Cruz e João Carlos Rodrigues.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Sr. Presidente obrigado por me conceder o uso da palavra, foi difícil, mas penso que é o que teria de ser. É lógico que, sendo o proponente da moção, e sendo a mesma atacada eu devo vir cá defender a moção, e até dizer se a mantenho ou retiro conforme o pedido lançado pelo Deputado Rui Cruz.

O deputado Rui Cruz vinha aqui com o mapa do minério. Eu já trouxe cá essa preocupação umas quatro assembleias atrás. Se não estava, é ir ver as atas. Eu até dei essa informação posteriormente a Presidentes da junta que depois a solicitaram mostrando a sua preocupação com o exposto.

Procuramos que a moção não tivesse conteúdo político. Acusarem-nos de politizar a questão, não faz sentido algum. As acusações que nos fazem não levam a lugar algum. Há pessoas que erram e reconhecem os seus erros. Falou aqui o Sr. Presidente da câmara nas incoerências do Prof. Carvalho de Moura. Poi bem, ele já fez um ato de contrição público nesta matéria reconhecendo que estava errado. Isso não é mau. Mau é persistir no erro, quando até já se tem mais informação agora. O Sr. Presidente da Câmara deu um parecer favorável com base em quê? Que conhecimentos tinha sobre estas matérias? É geólogo ou coisa parecida? Porquê é que o parecer nunca foi apresentado na câmara e ratificado nesta Assembleia. O Sr. Presidente da Câmara ainda está também a tempo de reconhecer que errou, e mudar de posição.

Quanto à questão de politizar o assunto é sem sentido. As associações politizam-se por dentro, e que eu saiba é o deputado do PS e até um vereador que andam lá dentro a influenciar e a fazer politica, se calhar a meter areia na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

engrenagem...eu não estou lá, nem ninguém afeto ao PSD está nos seus órgãos. A questão é sobretudo política, e esta é a casa da política. Eu falo aqui, não me vêm lá fora a pavonear com este assunto!

A moção que apresento é uma moção mais técnica. Aborda questões de violação de leis ambientais nacionais e comunitárias, nomeadamente a necessidade de se efetuar uma análise ambiental estratégica para a região de Barroso como um todo e não estudos mina a mina. Foi espoliada de conteúdo político. É uma moção na defesa da nossa região e dos interesses da população. É uma oportunidade de unir e não uma divisão do que quer que seja. O deputado Rui Cruz, como os demais, estão a tempo de se juntar a ela. Portanto, mantenho a moção. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves."

O deputado Hernâni Carvalho disse que se alguma dúvida houvesse relativamente a esta proposta o deputado Duarte Gonçalves acabou por esmiúçá-la. É uma proposta precipitada e iminentemente politizadora. O deputado Duarte Gonçalves quer que a proposta seja chumbada para anunciar que o PS a chumbou. A proposta, para além de ferir a atuação de cada um, fere a Associação, a qual a Câmara tornou parceira, e o seu trabalho. Cada um deve ser responsabilizado pelo que apresenta nas reuniões e esta proposta é mais uma que não tem fundamentação e terá que ser liminarmente reprovada.

A deputada Sandra Gonçalves disse que o PSD é acusado de politizar o lítio, mas têm que dizer quem é que abriu uma sessão de esclarecimentos em nome da Lusorecursos em Morgade e quem é membro da Associação Montalegre com Vida. Acusou o Presidente da Câmara de continuar na senda de que não sabia de nada, mas sabia de tudo e já ficou provado que sabia desde o início pois o Sr.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Ricardo Pinheiro disse na televisão que sempre tratou dos assuntos com o Presidente da Câmara.

Fica contente em saber que afinal o PSD está forte, segundo as insinuações do Senhor Presidente, até controlam a RTP. Disse que não são políticos de profissão, mas não queiram fazer deles ignorantes. A moção apresentada é para unir forças e para lutar contra quem quer vir esventrar as nossas terras. Lamenta que o deputado Rui Cruz não veja que a Associação está a ser politizada porque tem lá membros do PS. São perspectivas e se chumbarem esta moção é porque não querem unir forças em defesa dos interesses de Montalegre.

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “Depois da intervenção do deputado Duarte Gonçalves todos os presentes ficaram a perceber que afinal o alvo do PSD não é só o Executivo desta Câmara mas é, lamentavelmente, a Associação Montalegre Com Vida. Há que atacar tudo que mexe, tudo que possa fazer sombra, ainda que seja alguém que defenda o Não à Mina.

Quando o deputado Zé João falou que só hoje é que dois membros da bancada socialista se manifestaram contra a exploração do lítio, está enganado. Na assembleia em que o líder da bancada do PSD veio dizer, curiosamente, o mesmo que diz agora o Sr. Presidente da Câmara, que o PSD ficava à espera do resultado do estudo de impacte ambiental para tomar posição sobre o projeto, houve socialistas que se declararam contra a Mina de lítio no Barroso, isto depois de terem assistido às seções de apresentação do projeto, realizadas em Morgade e em Carvalhais.

A proposta que vai ser votada tem coisas com as quais eu concordo, também já as defendi aqui. Se fosse apresentada como um documento para o executivo ter em conta, teria o meu apoio. Assim, entendo que não é a altura certa para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

assembleia se pronunciar sobre este assunto. Esta proposta, só serve para dividir a população e por isso fortalece a empresa.

Como a associação foi também visada, não posso deixar de a defender. A associação, certamente que tem pessoas de vários partidos, no entanto, a cor partidária nunca será critério para ser admitido na associação, todas as pessoas são livres de participar.

Não faz sentido nenhum quererem dividir os membros da assembleia municipal e mais grave, quererem dividir também a associação, que está a fazer um trabalho meritório reconhecido pela maioria da população, independentemente da orientação partidária de cada um. Estão a trabalhar para o bem comum de todo o Barroso.

Quanto à ação, ela foi metida quando tinha de ser, com os argumentos certos e não com fantasias. Quando se anda à caça com uma arma só de um cartucho, o tiro tem de ser dado na altura certa, não é quando nos apetece. Porque quando dermos o tiro já não podemos repetir, só pode ser usado uma vez, foi o que se passou com a ação. Por isso, se pensas que a ação não foi metida há mais tempo por outros motivos, estás muito enganado. Andas mal informado. Ainda bem, é sinal que não sabes o que se passa lá dentro.

Na associação não se discute política, nem se colocam os interesses pessoais acima dos interesses da associação, e sabes porque? Porque o que nos move é o interesse dos Barrosões e não os pessoais, muito menos os partidários.

Viva Barroso. Disse. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz”.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “E aqui está uma prova cabal da tentativa de construção de realidades alternativas ou paralelas por parte da oposição.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Está completamente cega e desorientada. Sem respeito pelas instituições democráticas, pelos seus eleitos e por que os elege.

Agarram-se a qualquer coisa e a qualquer custo, para politizar as mais diversas matérias, ainda que sejam matérias sensíveis e fraturantes no nosso concelho.

Esta é a concretização, por parte de uma oposição sem estatuto, de politização da questão, provavelmente mais fraturante com que alguma vez lidamos.

Esta é a tentativa de colocar o partido socialista a favor da exploração mineira. É a tentativa de colocar o partido socialista, todos os seus atores, no saco da corrupção, tal como foi tentado no número televisivo.

É o descaramento de uma oposição soez, que pretende vender uma realidade alternativa de que, quem está a favor da exploração mineira, ou simplesmente quem não é contra é corrupto, e que quem está contra é idóneo, elevado e incorruptível.

Lembro aqui quem fazia férias na Califórnia sustentadas pelo erário público.

Mas é este o caminho que esta oposição escolheu há trinta anos e que vai acabar por destruir o PSD local e abrir uma lacuna para alguma qualquer "CHEGA" ou "MAIS" sabe-se lá o quê.

Estarão com certeza muitos ilustres do PSD a dar voltas incessantes onde neste momento repousam, ao saberem de tamanho enxurro. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues."

O deputado Acácio Gonçalves entregou à Mesa uma reclamação dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre os procedimentos documentais.

O Senhor Presidente interveio em defesa da sua honra pois não admite que alguém diga, porque ouviu dizer na televisão, que ele sempre esteve a par de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

tudo. Não sabe fazer política que não seja de forma séria e honesta. Afirmou que nunca o Sr. Ricardo Pinheiro reuniu com ele, nem a Luso Recursos reuniu com a Câmara a não ser a seguir à sessão de esclarecimento no auditório do Multiusos, em que a Câmara trouxe dois eminentes professores catedráticos da Universidade do Porto e foram tão mal recebidos pela assistência.

Disse que um parecer favorável à prospeção não vincula a Câmara a coisa nenhuma. Também deu parecer favorável à prospeção na Borralha a uma empresa canadiana. O parecer cinge-se apenas à recolha de material para que se confirme ou não a existência de recursos naquele local. Um Presidente de Câmara em consciência não deve negar a pesquisa de recursos no seu território até porque a exploração não é consequência natural e está obrigada a estudos de avaliação ambiental, plano de lavra, etc. Mas isso também não é importante porquanto a posição que a Câmara possa tomar vale tanto como a posição individual de cada um de nós pois que, sendo um desígnio nacional, impera apenas o interesse do Estado e nada mais. A provar o que diz informou que a Direção Geral de Biologia e Geologia solicitou, em 29 de novembro de 2019, o pedido do parecer para concessão de exploração do Romano, tendo a Câmara informado que: “relacionado com o assunto supra, informa-se V. Exa que o Município de Montalegre é de parecer que trabalhos alguns devam ser desenvolvidos no âmbito de exploração de concessão sem que os impactos e medidas mitigadoras sejam dados a conhecer através do Estudo de Impacto Ambiental cuja versão se aguarda e razão pela qual se emite parecer desfavorável à pretensão”. Aqui já se fala em exploração que o Presidente da Câmara ainda não sabe como vai ser feita, se é em cratera ou em galeria, não se conhecem os impactos, não se conhecem as quantidades que vão ser retiradas, não se sabe onde vão ser instaladas as escombreyras, nem se sabe absolutamente nada sobre o assunto. A tudo isto se chama prudência, serenidade e bom senso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Assembleia disse que se ouviram os argumentos prós e contras, que se ouviu a Câmara a garantir os meios técnicos para avaliar o Estudo de Impacto Ambiental e que demonstrou confiança na Associação para tratar do assunto e que, serenamente, com a responsabilidade de sempre, no momento próprio, estaria disposto a defender as pessoas, a lei, o ambiente e a nossa terra. Não se percebe o porque da apresentação da moção, mas abriu o período de votação.

Posta à votação, a moção obteve quatro votos a favor dos deputados Duarte Gonçalves, Iva Rebelo, Sandra Gonçalves e Jorge Lestra e cinco abstenções dos deputados José Fernando Moura, Rui Cruz, José Luís Nogueira, Rui Pedro Gonçalves e Acácio Gonçalves, tendo, por isso, sido rejeitada.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1. Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal;

O 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves e Rui Cruz.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Começo por agradecer ao Sr. Secretário Executivo da CIM a clareza e clarividência com que nos apresentou o trabalho desenvolvido e a importância do mesmo para a região. No sentido do que referiu, de que todos juntos somos mais fortes, eu gostaria de questioná-lo em relação à exploração de lítio, que é uma questão que tem grande relevância atual, para saber qual a posição da CIM do Alto Tâmega em relação a esta matéria.

E também, de forma mais clara, referir que no concurso de ideias "empreender no Alto Tâmega" um dos objetivos era apoiar o desenvolvimento de ideias de negócio nos sectores considerados estratégicos para a região, onde se incluía o sector extrativo e o desafio do lítio. A minha questão é: existiu alguma orientação de um município para se incluir este desafio? Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves."

A deputada Sandra Gonçalves questionou o Primeiro Secretário da CIM sobre o programa SI2E+, que normalmente teria que ter saído até ao final do ano. Foi garantido em junho que estaria prestes a sair e não saiu. Há jovens que estão à espera que abram essas candidaturas. Perguntou qual é a perspetiva e se vai abrir outro programa para colmatar essa falha.

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: "Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros da mesa, cumprimento também o Sr. Presidente da Câmara, os Sr.(s) Vereadores e os demais presentes.

Aproveito esta oportunidade para colocar três simples questões ao 1.º Secretário Executivo da CIM Alto Tâmega, sobre o Aquavalor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Em primeiro, em que consiste esse projeto criado recentemente pela nossa CIM? Em segundo, quais as áreas temáticas de desenvolvimento do Alto Tâmega onde o Aquavalor pretende aplicar a verba que tem disponível para os próximos anos, 5 milhões de euros, financiamento proveniente do programa comunitário de apoio? E, por último, como é que as empresas do nosso concelho podem beneficiar com a existência deste projeto? Assinado, o deputado municipal Rui Cruz”.

O 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega respondeu às questões colocadas dizendo que a posição dos seis Municípios, relativamente à questão do lítio, é a posição clara tomada pelo Município de Montalegre. Não há nenhum autarca do Alto Tâmega que tenha uma posição diferente.

Em relação ao concurso de ideias ter aparecido como desafio, é precisamente para isso, para lançar desafios.

No que diz respeito ao SI2E, que irá mudar de nome, disse que toda a região está desejava para que o aviso abra e que trará coisas novas: passa a ser um programa que só se aplica em zonas com baixa densidade populacional (trabalho da Secretaria de Estado da Valorização do Interior e do Ministério da Coesão), está muito focado no emprego e através do emprego vai puxar a parte do investimento. A CIM está convencida que é uma ótima iniciativa porque em territórios como os do Alto Tâmega, podem ser financiadas pessoas com três IAS durante seis meses. Isto está descrito no pré-aviso e já é muito relevante. Consubstanciado a isto, vai ter uma parte de investimento. Já havia de estar aberto, mas não abriu porque havia um conflito de interesses entre o Ministério do Planeamento, que era o dono deste programa, e o Ministério do Emprego. Não chegavam a acordo porque os IEFP´s não queriam que surgissem programas mais apelativos do que aqueles que eles têm para criar emprego. Neste caso, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

porque se trata de um Fundo Social Europeu e porque já há acordo, vai ser das iniciativas mais interessantes para que se possa criar emprego em todo o país. Tentou-se restringir a entrada do litoral, onde há densidade populacional e com isto direcionar-se para os territórios com mais dificuldades, o terceiro aspeto é o Aquavalor. Para se ter noção do que está em causa, disse que o programa Norte 2020 em quatro anos investiu, em todo o norte, 240 milhões de euros em ensino e investigação e o Alto Tâmega tinha zero euros, porque não tinha nenhuma instituição que pudesse fazer candidaturas. O Aquavalor é a primeira instituição de infraestrutura tecnológica que há no Alto Tâmega que permite ir buscar estas verbas. Vai ser criado um observatório da água a nível nacional do melhor que há. Se dizemos que somos um território de água e bem-estar, deveremos ter investigação na água e no bem-estar. Vai servir para desenvolver iniciativas a nível do ensino superior e criar novos produtos para as empresas. No setor dos tratamentos termais, o modelo de negócio das termas a nível europeu não é de tratamento. Por isso, as termas de Chaves não podem fazer mais do que aquilo que já fazem porque a capacidade de tratamentos em simultâneo esgota-se rapidamente. Mas, no resto da Europa, as termas não vendem muitos tratamentos, vendem muitos produtos: cremes, sabonetes, inaladores. A partir de tudo isto, o Aquavalor pretende desenvolver investigação para que sejam criados esse tipo de produtos que permitam alavancar esse sector.

O Aquavalor prevê também o Agrovalor. Isto é muito importante pois muita gente diz que temos a melhor carne do mundo, o melhor mel do mundo, o melhor azeite do mundo, a melhor castanha do mundo e ganhamos prémios com eles. O problema é que não se conseguem vender estes produtos ao melhor preço do mundo. Para que isso aconteça não temos que mexer só na produção. Temos de mexer também na embalagem, no marketing, na internacionalização e para isto tem que haver alguém que o saiba fazer. O Aquavalor vai trazer capacitação e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

trazer muito dinheiro para a região. Está apenas uma estagiária do IEFP a trabalhar e que tem feito um bom trabalho, mas vão ser necessários quadros a nível da investigação.

A Assembleia tomou conhecimento.

Uma vez que a ordem de trabalhos não foi concluída no período da manhã, após intervalo para almoço, efetuou-se novamente o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes trinta membros, à exceção dos deputados Ana Isabel Dias, Manuel Rebelo, Nuno Pereira, José Miranda Alves, Sandra Pinto, Marco Sousa, Márcio Azevedo, Aníbal Ferreira, João Paulo Anjo, António Morais da Costa, João Santos, António Alves Ferreira, Paulo Barroso, Ana Maria Martins, José João Moura, José Luís Nogueira, Lúcia Jorge, Domingos Costa, Alberto Ferreira, Jaime Barroso e Ricardo Moura.

4.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Sandra Gonçalves e Iva Rebelo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Na Assembleia Municipal de Abril deste ano questionei o nosso presidente sobre as obras da estrada de Amiar a Pereira, dado que a EHTB já tinha adjudicado em 23-11-2018 por 140000€ a 1ª fase e nem as valetas estavam feitas. Em que consistia a 1ª fase da obra? Atualmente pouco mais foi feito, as obras estão paradas desde o fim do mês de agosto e a Câmara municipal adjudicou em 18-09-2019 com prazo, de execução de 180 dias, por 149.504€ + Iva.

O nosso presidente, como sempre, fugiu ao cerne da questão na assembleia de abril, dizendo que as obras são necessárias, ninguém disse o contrário, no entanto há que cumprir prazos, para isso existem contratos. Os habitantes daquelas duas aldeias atravessam diariamente com o seu veículo próprio, por aquela estrada com buracos, lamas, valetas inacabadas e lombas de gravilha. Portanto é bom sermos esclarecidos sobre quantas fase tem a obra, afinal qual o valor total da obra e quando serão finalizadas as mesmas?

Na assembleia Municipal de Junho de 2018, chamei à atenção para a forma como a autarquia usa de forma pouco clara e transparente o dinheiro do erário publico, ao pagar projetos de arquitetura a preços escandalosos e como se não bastasse, fazem dois projetos iguais em datas diferentes com empresas diferentes e preços muito diferentes.

Vejamos, em 15-10-2015, num ajuste direto o município pagou à GEADAS, Lda 33.100€ + Iva pela Elaboração do projeto do Pavilhão Desportivo de Salto.

Em 28-11-2019, o município faz um contrato no valor de 59.950€ + Iva com a empresa EIN.DZ, Lda, para a elaboração do projeto do Pavilhão Desportivo de Salto.

Mas há mais, em 23-08-2017, num ajuste direto o município pagou à Baptista e Tomáz Lda, 45000€ + Iva pela Elaboração do projeto Campo de Futebol de Salto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Em 03-12-2019, o município faz um contrato no valor de 69950€ + Iva com a empresa CAB, Rodrigues, Lda, para a elaboração do projeto do Campo de Futebol de Salto.

Nos primeiros parágrafos dos documentos previsionais o Presidente da Câmara diz "os recursos da autarquia são escassos", também disse na última assembleia que usa "como se seu se tratasse". Pois bem, é melhor rever esse conceito, porque o bolso dos contribuintes não é o seu.

Posto isto, pergunto ao nosso presidente da Câmara porque existem dois projetos para o mesmo fim? Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves".

A deputada Iva Rebelo disse que não obteve resposta relativamente à questão por ela colocada sobre o amianto.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o procedimento para a recolha do amianto segue as regras de contratação e que constam no regulamento aprovado pela Assembleia Municipal.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.3. Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2020 – Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita / Mapa de Pessoal para 2020;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, João Carlos Rodrigues e Sandra Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Sr. Presidente, você faz uma análise quase técnica a estes documentos, mas o que importa é a análise política e estratégica. Isto são planos sem ambição, mais do mesmo.

Não se vê abertura para incentivar a maior captação de investimento, não se vê apoios ao empreendedorismo, não se aposta na competitividade do município. Porquê alguém que se proponha investir na região vai optar por Montalegre, em detrimento de Boticas ou Cabeceiras?

Não se encontra aqui resposta para o grande problema que assola o nosso concelho: o despovoamento. Não há nada de novo, você é incapaz de ir aos planos que apresenta e enumerar uma nova iniciativa. Nada o diferencia da gestão do Presidente Fernando, ou até do Presidente Pires. Se não fazemos nada de novo, o que é que podemos esperar de diferente? Os mesmos resultados, e se está mal, tende a piorar.

Atrevo-me a dizer, que o concelho está doente. Mas apesar de doente é um corpo resistente porque tomando esta imagem, do concelho doente, ligado às máquinas, numa UCC, a precisar de cuidados paliativos, este consegue resistir a esta doença durante 30 anos. Vocês em vez de procurarem administrar uma cura, continuam a dar a mesma medicação que já provou não fazer efeito algum.

Esta é a nossa grande divergência e nisso somos coerentes, por isso votamos contra as presentes propostas. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “O Plano aqui muito bem explanado pelo Senhor Presidente da Câmara, não tem casos, não é de conflitos.

Não teve, por isso, supomos nós, grande interesse por parte do PSD, que se negou a qualquer colaboração ou contribuição.

É um Plano bastante claro naquilo que é o desígnio deste executivo, que vem no seguimento dos anteriores e que respeita o compromisso do PS com os Barrosões.

Mais uma vez, o Plano de Atividades, tem todas as similitudes com os anteriores, uma vez que: Promove o desenvolvimento local; Aposta na Cultura e na preservação do património; Apoia a economia agrícola, agro-alimentar e florestal; Promove o território, através da aposta na promoção e no turismo; Investe nas infraestruturas e no ambiente; É um Plano que se preocupa com os que mais precisam, garantindo e aumentando as políticas sociais e de coesão; Aposta na educação; Promove a dinamização do associativismo; E respeita o poder local, com um forte apoio às juntas de freguesia

Como disse o senhor presidente na apresentação do Plano de Atividades, merece, por isso, a aprovação dos Barrosões e desta Assembleia. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “O município continua sem uma estratégia para travar o despovoamento do concelho, é assim há 30 anos. Montalegre continua a ser um dos concelhos do país que mais perde população. Os documentos previsionais, os planos de atividades continuam a ser meros copy/paste, sem qualquer estratégia de combate ao despovoamento, sem qualquer incentivo significativo à natalidade,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

sem uma orientação para a fixação de jovens, assim como atrair os mesmos que saem do concelho para estudar e não regressam.

Não se vislumbra um pacote de medidas para cativar empreendedorismo sustentável (e não estou a falar de cativar empresas mineradoras), medidas essas apresentadas na assembleia municipal de abril de 2018 pelo PSD, que nem sequer foram postas a discussão ou votação, simplesmente foram recusadas com a justificação do deputado João Soares, que já estavam a ser estudadas pelo executivo medidas neste sentido. Onde estão então essas medidas? Já vamos no segundo plano de atividades e orçamento e nada!

Os concelhos vizinhos continuam a combater o despovoamento de forma séria e prática e Montalegre? Os concelhos vizinhos congratulam-se ao verem as suas zonas industriais dinamizadas com empresas a laborar, no concelho de Montalegre as zonas industriais continuam praticamente desertas!

O PS mata Montalegre lentamente há 30 anos, essas são as memórias que deixam! Vivo em Portugal há 28 anos e tenho memória do nosso concelho fervilhar de gente! A rua direita repleta de estabelecimentos! A escola do Baixo Barroso com mais de 450 alunos! Várias escolas primárias espalhadas por todo o concelho! Deveriam sentir vergonha em vez de se congratularem por fazer um trabalho pelo qual são pagos e fracassam ano após ano! Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves."

O Senhor Presidente da Câmara disse que os famosos projetos para Salto têm que ser feitos, mesmo que nem todos sejam exequíveis. Não se podem perder apoios por falta de projetos. O projeto desportivo de Salto vai albergar várias áreas desportivas, o que vai exigir vários projetos.

Disse que os 30 anos de poder socialista vai às consultas populares e logo é feito o diagnóstico.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não é justo acusarem a Câmara do despovoamento do concelho, pois trata-se de um problema de todo o interior do país. Não vale a pena falar dele em Montalegre, pois o concelho vizinho é pior ainda.

A zona industrial de Montalegre está completamente cheia e vai ser aletrada no próximo Quadro Comunitário. Não podem negar que os apoios aos agricultores, às Associações, às Instituições são um grande apoio à economia.

Informou a Assembleia que os Vereadores do PSD foram convidados por escrito a apontar contributos para o plano e orçamento e nada apresentaram. Restam apenas o jornal do Carvalho de Moura que diz que o concelho de Montalegre é o mais atrasado do distrito de Vila Real. Só pedem saneamento quando 80% da população está servida.

Assumi que tem em cima da sua cabeça o problema da desertificação, mas vai sendo combatida localmente.

Deliberação: Aprovado por maioria com quatro votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo e Jorge Lestra e com três abstenções dos deputados Isabel Cosquete, José Fernando Moura e Rui Pedro Gonçalves.

4.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2019 / art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Assembleia tomou conhecimento

4.5. Plano Diretor Municipal de Montalegre – Alteração no âmbito do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE). / Proposta;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com três abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves e Iva Rebelo.

4.6 Projeto de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Este documento é um projeto rígido e entendo que assim seja. São fórmulas e meios de cálculo para chegar a taxas e taxinhas a pagar pelos nossos munícipes. Contudo, eu gostava de ver aqui alguma flexibilidade e é possível. Por exemplo:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

não há uma isenção prevista para o apoio a um jovem que faça um projeto, um empreendedor que se lance num negócio, um projeto agrícola que seja. Nada, nem um sinal de apoio.

Acusou-nos de não dar ideias e propostas, eu um dia ainda lhe vou fazer a compilação de ideias e propostas dadas, e ignoradas.

Mas temo também que este projeto possa traduzir algum aumento de receita por via de aumento de taxas. Sei, até por experiência própria, que há taxas neste município que são maiores que em outros municípios. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”.

Deliberação: Aprovado por maioria com quatro votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo e Jorge Lestra e com duas abstenções dos deputados José Fernando Mora e Acácio Gonçalves.

4.7. Revogação de vários Regulamentos em vigor no âmbito do apoio à agricultura e pecuária;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “O Sr. Presidente da Câmara informou que iriam suspender estes contratos, o que não é correto, o que se propõe é a revogação dos contratos e isso faz a diferença.

Nós votamos contra estes contratos por considerarmos que os mesmos estavam feridos de ilicitude, por obrigarem os agricultores a trabalharem com determinada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

organização. Isto configura uma violação do direito da concorrência e até uma ajuda de estado. Nós sempre defendemos a livre escolha dos agricultores em relação à entidade com quem querem trabalhar.

O Sr. Presidente da câmara não explicou a razão ou necessidade de revogarem estes contratos. Se o motivo fosse o de repor a legalidade dos mesmos, nós apoiávamos essa revogação, contudo não me parece ser o caso até porque para isso bastava uma simples alteração.

A revogação implica a existência de um vazio regulamentar até virem os novos regulamentos a esta assembleia (Fevereiro), e não sabemos se até lá não haverá pagamentos ou candidaturas ao que quer que seja.

No nosso entender deviam vir já hoje os novos regulamentos, revogavam-se estes, e a seguir votávamos os novos. Por esse motivo somos contra a revogação proposta. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que a lei da concorrência é a preocupação do deputado Duarte Gonçalves. A dele é a de apoiar os agentes locais e dinamização da economia local.

Deliberação: Aprovado por maioria com cinco votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Jorge Lestra e Acácio Gonçalves e com uma abstenção do deputado José Fernando Moura.

4.8. Suspensão do Regulamento “Prémio Literário Bento da Cruz”;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com cinco abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, Acácio Gonçalves e Gorete Afonso.

4.9. AMAT / Opções do Plano e Orçamento para 2020;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.10. EHATB, EIM, SA. – “Informação sobre a Situação Económica e Financeira – 1º Semestre “reportada a 30 de junho de 2019;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.11. EHATB / Relatório de Execução Orçamental 3º trimestre 2019;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.12. EHATB / Plano de Atividades e Orçamento para 2020;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves e Acácio Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que, à semelhança de anos anteriores, mantém a posição de não serem contra as obras, são opções do executivo, mas são contra o contrato programa em si. Pensam que a verba deveria vir diretamente da EHATB para o Município e o Município ser o dono da execução das obras para ser tudo mais transparente e claro.

O deputado Acácio Gonçalves perguntou se, com base na lei, as obras têm que ser dadas para conhecimento ao Tribunal de Contas e à Inspeção Geral de Finanças para que toda a gente fique mais sossegada.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a EHATB é uma empresa que cumpre as regras e que desenvolve a sua atividade com as mesmas regras da Câmara. Tudo é submetido à aprovação do Tribunal de Contas e à Autoridade Tributária. Quanto à posição tomada pelo deputado Duarte Gonçalves, disse que irão estar sempre em discordância. O dinheiro viria em forma de dividendos e devidamente taxados. Os Municípios que têm parques eólicos, como é o caso de Montalegre, que todos os anos vêem as receitas diminuídas, iriam ser condescendentes com o poder central que perdoa aos bancos e que não define, em articulação com as autarquias, políticas de fixação de pessoas ao território. Com a sugestão feita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

pelo deputado Duarte Gonçalves, os impostos iriam para Lisboa. Pensa que não seria justo nem correto para a região.

O Senhor Presidente da Assembleia disse é a melhor forma legal de defesa do interesse local e do interior. Não passaria pela cabeça de ninguém pagar impostos que iriam para Lisboa, quando a Lei permite investir o dinheiro na região.

Deliberação: A Assembleia tomou conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2020.

Mais deliberou aprovar, por maioria, com quatro votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo e Jorge Lestra e duas abstenções dos deputados José Fernando Moura e Acácio Gonçalves, a minuta do Contrato Programa a celebrar entre o Município de Montalegre e a EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM,SA., e entre os Municípios de Chaves, Boticas Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, e EHATB-Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM,SA, os quais se encontram anexos ao aludido Plano de Atividades e Orçamento da EHATB para o ano de 2020.

5 – Período após a ordem do dia.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas